

PROJETO PORTAL DA INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DOS PARTICIPANTES DO ABRIGO MUNICIPAL EM MARINGÁ - PARANÁ.

PROJECT PORTAL DA INCLUSÃO: THE EXPERIENCE OF MUNICIPAL UNDER THE PARTICIPANTS IN MARINGÁ - PARANÁ.

*Priscila de Souza*¹

*Marivânia Conceição de Araújo*²

RESUMO: A pesquisa com os participantes do Projeto Portal da Inclusão compõe este artigo possibilitando uma análise da situação exclusão/inclusão vivenciada por pessoas que já estiveram em situação de rua. Para contextualizar, descreve-se o Projeto na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social, situando-o na Proteção Social de Alta Complexidade. São caracterizadas as Instituições parceiras, não governamentais: Albergue Santa Luiza de Marillac, Instituto Maringaense de Reintegração Social – IMARES e Recanto da Fraternidade Plantando Vidas e governamental: Abrigo Municipal. E assim, destaca-se a análise das entrevistas, que demonstra a realidade dos sujeitos da pesquisa, e a compreensão dos mesmos sobre ela.

PALAVRAS-CHAVES: Portal da Inclusão, exclusão/inclusão, pessoas em situação de rua.

ABSTRACT: This article is composed according to research with the participants of the project named Portal da Inclusão, thus enabling an analysis of the exclusion/inclusion situation experienced by people who have had the experience of life on the streets. To contextualize it, the Project is described in the perspective of the Unique Social Assistance System situating it in the High Complexity Social Protection. Non-governmental partner Institutions such as *Albergue Santa Luiza de Marillac*, *Instituto Maringaense de Reintegração Social – IMARES* and *Recanto da Fraternidade Plantando Vidas* and the government institution *Abrigo Municipal* are here characterized. In this manner, the analysis of the interviews is highlighted, displaying the reality of the individuals of this research and their understanding about this reality.

KEY WORDS: Portal da Inclusão, exclusion/inclusion, homeless people.

¹ Assistente Social, especialista em Políticas Públicas pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

² Doutora em sociologia, Docente na Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Ciências Sociais.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento deste artigo aconteceu com a experiência profissional de uma das autoras. A Assistente Social, que iniciou seu trabalho no mesmo dia da inauguração do *Projeto Portal da Inclusão*³ em 17 de agosto de 2006.

Este projeto é realizado no município de Maringá, na região no-oroeste do estado do Paraná, a 423,60 km (quatrocentos e vinte e três quilômetros e sessenta metros) da capital, conforme consulta realizada no site do IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2007) tinha 324.397 habitantes estimados para o ano de 2006. A população economicamente ativa, em 2000 era de 151.652 pessoas e a taxa de pobreza neste mesmo ano era de 8,74%.

Com a demonstração destes dados, algumas características são apresentadas sobre o município que assumiu a proposta de atendimento a população de rua que é pioneira no estado do Paraná.

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC, que executa o Projeto Portal da Inclusão, existe somente há quatro anos no município e surgiu respondendo aos ordenamentos legais e ao intenso debate a nível nacional para a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

A nova proposta da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, o SUAS, entrou em vigor em 28 de outubro de 2004, após acontecerem várias discussões em conferências e fóruns que ocorreram em muitos municípios, estados e também a nível nacional até serem aprovados no Conselho Nacional.

No texto que compõe a PNAS, destacam-se os objetivos de atender indivíduos, famílias e grupos que estiverem em situação de vulnerabilidade social, ou seja, que precisam ter ampliado o acesso a bens e serviços sócio - assistenciais. Para isso, a proposta é ter serviços, programas, projetos e benefícios, os quais estão organizados em *proteção social básica, proteção social especial de média*⁴ e alta complexidade.

³ O Projeto foi firmado em 23 de Dezembro de 2005, através do convênio entre o governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Maringá, sendo executado pela Secretária de Assistência Social e Cidadania - SASC e o Serviço de Atendimento a População de Rua - SAPR.

⁴ Para compreender melhor a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade, consultar (BRASÍLIA, 2005, p. 45-53), pois neste momento será apresentada somente a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que caracteriza o atendimento do Projeto Portal da Inclusão.

As pessoas que vivem em *situação de rua*⁵ e precisam de tratamento terapêutico por causa do uso abusivo de drogas lícitas ou ilícitas, mas estão com seus vínculos familiares fragilizados ou inexistentes, necessitam de atendimento da Política de Assistência Social e nestas condições são atendidos na Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Conforme estabelecido no SUAS, o Projeto Portal da Inclusão faz parte da Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, pois atende homens, maiores de 18 anos que passaram pelo Serviço de Atendimento a População de Rua - SAPR, que estão em situação de rua e por isso muitas vezes são encaminhados para instituições para tratamento de dependência química e/ou para a rede de atendimento para abrigagem existente no município.

Sendo, o SAPR a porta de entrada para as pessoas em situação de rua receberem informações, atendimentos e encaminhamentos é também neste local e por meio da mesma equipe de trabalho que é realizado o processo de triagem para a inserção no Projeto Portal da Inclusão. A triagem é realizada no período de um a dois meses, e nesta fase do atendimento são realizadas reuniões e acompanhamentos individuais, buscando avaliar a situação dos indivíduos de acordo com os critérios estabelecidos para a inserção no projeto.

Os critérios de seleção referem-se à classificação dos **Itinerantes, Migrantes, Moradores de rua e Institucionalizados** que precisam ter idade mínima de 18 anos; estar em condições físicas e psicológicas estáveis (sem dependência de outras pessoas); caso não tenham documentos, apresentar Boletim de Ocorrência; apresentar certidão de antecedentes criminais; aceitar integralmente a proposta do Projeto; ter cumprido os agendamentos da triagem; estar com vínculos familiares fragilizados ou inexistentes; não possuir fonte de renda fixa.

Os Itinerantes e os Moradores de Rua se diferenciam nos

⁵ Utilizou-se este termo para caracterizar o conjunto de pessoas que são: moradores de rua, migrantes e itinerantes. Conforme informações obtidas com a equipe do SAPR, entende-se que **morador de rua** é aquele que tem a rua como local de convívio constante, durante todo o tempo, sendo sozinho ou com companheiros esporádicos, e que permanece nestas condições há mais de um ano. **Migrantes** são aquelas pessoas que possuem referências familiares e profissionais, mas acabam vindo para o município por questões relacionadas à saúde, emprego, vieram para ficar por tempo determinado, ou para se estabelecer, mas não tendo condições financeiras para retornar ao local de origem, perderam contatos com as suas referências iniciais. **Itinerantes** são os que não têm paradeiro, mudam de cidade em cidade, sem destino e acabam perdendo os vínculos familiares, seja por causa do uso abusivo de drogas ou por motivos emocionais, sentimentais, entre outros.

critérios levando-se em consideração que tenham adotado esta forma de vida há pelo menos um ano. Se for **Migrante**: exige-se que tenha procedência comprovada, referências familiares, referências pessoais e/ou profissionais, não tenha dependência química (este critério está em discussão na equipe técnica, tendo em vista que a maioria dos migrantes que se apresentam ao serviço são também dependentes).

Quando são **Institucionalizados**: ter cumprido o prazo de permanência na instituição; ter bom relacionamento interpessoal; estar em abstinência há pelo menos 06 meses; demonstrar interesse em continuar o tratamento (Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e outras Drogas - CAPS´ ad ou grupos de apoio);

Para aqueles que têm **Dependência Química**: se não estiverem em abstinência há pelo menos seis meses até o final da triagem, poderão participar do Projeto através das vagas do Recanto da Fraternidade Plantando Vidas; casos de recaída durante o processo de triagem poderão participar do Projeto através das vagas da mesma instituição.

E ainda, vale ressaltar que em todos os casos para a permanência nas instituições parceiras - **Abrigo Municipal, Instituto Maringaense de Reintegração Social (IMARES) e Albergue Santa Luiza de Marillac** - é preciso obedecer às normas de convivência, ter disposição para retornar a rede de ensino formal ou informal, ter interesse em cursos de capacitação profissional para melhoria das condições de retorno ao mercado de trabalho.

Após a triagem, os usuários do SAPR são inseridos no Projeto Portal da Inclusão e contam com outra equipe técnica, composta por uma psicóloga, uma assistente social e um educador. Esta equipe realizou atendimento a cinquenta e três casos desde a inauguração do projeto até o mês de fevereiro de 2007, e o projeto tem trinta e duas vagas distribuídas em quatro instituições parceiras que serão descritas na seqüência.

2. DESCRIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS:

O **Albergue Santa Luiza de Marillac**, instituição não governamental, tem na parceria disponível seis vagas. Em agosto até dezembro de 2006, eram encaminhados para esta instituição somente quem estava no período de triagem, pois esta instituição tem atendimento de

caráter transitório. Porém, em janeiro de 2007, estas vagas foram preenchidas com participantes do projeto não existindo mais vagas para o período de triagem.

O Instituto Maringaense de Reintegração Social – IMARES, instituição não governamental, com dez vagas disponíveis para o Projeto, situa-se no distrito de Iguatemi e tem estrutura para abrigagem. Os participantes daquela instituição passaram a ter o atendimento de inserção na rede de ensino e em cursos profissionalizantes somente em fevereiro de 2007, inicialmente com a dificuldade de transporte recebiam somente atendimentos psicossociais.

O Recanto da Fraternidade Plantando Vidas, instituição não governamental, localizada na zona rural, na parceria tem disponível seis vagas para o Projeto, atende pessoas que apresentam dependência química e precisam de recuperação terapêutica de no mínimo seis meses, para permanecerem em abstinência.

O Abrigo Municipal é uma instituição governamental, tem características de uma casa, com capacidade para dez moradores. Desde o início do projeto são realizados atendimentos sócio-educativos, psicossociais, de inserção no ensino regular e informal, cursos de capacitação profissional, atividades culturais, de esporte e lazer.

Foram atendidas doze pessoas, em seis meses de funcionamento sendo que houve três desligamentos, um por manifestação voluntária e dois por descumprimento de normas e regras para permanência no projeto e cumprimento do plano individual, construído junto com a equipe técnica em atendimentos individuais e em grupos. Neste período havia somente uma vaga a ser preenchida.

Desta maneira, considera-se a complexidade do Projeto Portal da Inclusão, pois cada instituição parceira tem suas características próprias e público alvo diferenciado. Com isso a equipe técnica optou por intervir através de visitas técnicas duas vezes por semana em cada instituição, sendo um dia reservado para acompanhamento psicossocial e outro dia para atividades em grupo com o Educador Social.

3. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS:

Pretende-se compreender e analisar a situação de exclusão/inclusão dos participantes desse Projeto, desta maneira aplicou-se um

questionário⁶ aberto para coleta de dados qualitativos junto aos participantes do Abrigo Municipal.

A pesquisa foi realizada somente naquela instituição porque no período de 17 de agosto de 2006 a 28 de fevereiro de 2007, as vagas foram completadas com dez participantes e a rotatividade é menor que nas demais instituições. Outra situação que se destaca é que dentre as quatro instituições parceiras esta é a única governamental e está em atividade há apenas seis meses, diferente das demais que existem há mais tempo e não são governamentais.

A partir das informações coletadas entre os participantes do Abrigo Municipal, analisa-se um rico material para apresentar a necessidade de inclusão social, tanto deles próprios quanto de pessoas que estão ou estiveram em situação de rua. Contudo, no texto optou-se por manter a maioria das respostas dos entrevistados, na íntegra, sem alterações dando voz aos primeiros participantes do Projeto Portal da Inclusão, para assim conhecer suas histórias pessoais, a percepção que eles têm do contexto social vivenciado e as perspectivas que apresentam a partir da inserção neste projeto social.

Para a realização desta pesquisa foi feito contato com os dez participantes do projeto que tiveram a oportunidade de escolher a melhor forma para responderem o questionário com doze perguntas e também foi estabelecida com eles a preservação da identidade pessoal de cada um.

Desta maneira, três responderam em forma de entrevista e no texto estão destacados com as letras do alfabeto da língua portuguesa em maiúsculo **A, F e H**, porém, os outros cinco que estão identificados com as letras **B, C, D, E, G e I** optaram por ficarem alguns dias com o questionário e depois devolveram, mas como a pesquisadora conversou novamente com eles após devolverem o questionário para tirar algumas dúvidas, todos estão identificados no texto como **entrevistados**. Houve apenas um caso de não devolução do questionário, que pode ter ocorrido devido ao desligamento do participante do projeto no final do mês de fevereiro por descumprimento de regras e normas estabelecidas no regimento específico.

A primeira pergunta que os participantes da pesquisa responderam foi sobre o tempo de moradia na rua. Os nove entrevistados já

⁶ Há um exemplar anexo.

vivenciaram esta experiência, chama a atenção entre os demais, o relato do **entrevistado A**. Ele tem 59 anos e informou que saiu da casa dos pais que ficava no Rio Grande do Sul, há mais de 20 anos, em 1986. Disse que, primeiramente foi para uma Comunidade Terapêutica, chamada Molive, em Maringá, sendo que permaneceu um ano e meio, depois foi para a cidade de Cascavel, lá ficou em uma pensão. Ele enfatiza que tinha emprego e que só foi morar na rua mesmo dez anos depois, em 1996. A experiência dele, na rua, está descrita na seqüência.

Entrevistado A: *E aqui eu morava nos Postos de Gasolina, na oficina, às vezes me davam um pouco de serviço eu dormia dentro da Oficina. Assim eu fui levando, eu acho que desde 1996 que eu to na rua, assim. Aliás, fiquei... 2 vezes no Molive de novo, de ficar 1 ano, 1 ano e 2 meses, nessa. Eu acho que foi 2002,..., e acho que 1999, eu fiquei também no Molive.*

*Agora eu tava morando no Matsuda (Posto de Gasolina), lá de novo, nessa, onde nesse tempo, às vezes **quando vinha o inverno, sempre eu ia para o Hospital Psiquiátrico, eu ia dar um jeitinho de me internar passar o inverno lá, para não passar na rua, entende, não era tanto por causa da bebida, [...], mas pra me esconder do frio.***

É e agora fiquei 2005, [...] em maio tava meio ruim, coisa e tal, já pensando no frio. Vinha junho, [...] então, fui para o Hospital Psiquiátrico [...] foi quando me ofereceram esta vaga lá no IMARES, eu aceitei e fui pra lá, fiquei então desde junho até esse ano, até final de outubro lá.

Nota-se que algumas estratégias são adquiridas neste contexto de vivência na rua, especificamente o **entrevistado A**, apresenta a internação para tratamento do uso do álcool não com o objetivo de tratamento desta dependência, pois, talvez não estivesse convencido desta necessidade, mas utilizou deste recurso para ter abrigo do frio e alimentação no hospital psiquiátrico, no período de inverno.

Os demais informantes declararam tempo menor que dez anos em situação de rua. O **entrevistado B**, tem 38 anos, segundo seu relato está entre sete a nove anos vivendo em comunidades terapêuticas e albergues, conforme segue:

Entrevistado B: *Infelizmente já morei na rua durante 7 anos da minha vida. Por causa da **Dependência Química perdi minha Família** e de lá pra cá fiquei morando em instituições e albergues, desde 1998.*

Esta resposta apresenta a relação dependência química, conflito, perda de vínculos familiares e conseqüente situação de rua. Quando

os entrevistados respondem a questão sobre o motivo que os levou a morar na rua, aparecem outras respostas com esta mesma relação de fatos. Porém, vale ressaltar que esta não é uma regra, existe também casos que a situação de rua acontece com o abandono familiar e a dependência química surge como consequência deste contexto.

O próximo relato é de um senhor de 48 anos que não se sente muito à vontade em falar sobre sua vivência na rua, conforme informa a seguir:

Entrevistado C: *Morei, alguns dias, em 2002 aproximadamente, no Mato Grosso, fiquei 1 mês e pouco com um senhor aposentado, em uma construção de um advogado. Já dormi em calçada, **não gosto de falar sobre isso é tanta pressão não é pela vontade da pessoa.***

A resposta a seguir é de um senhor de 56 anos, que teve uma breve experiência na rua, pois procurou rapidamente ajuda profissional:

Entrevistado D: *Morei, por pouco tempo, apenas dez dias, foi o suficiente para eu entender que a rua não é lugar para morar, então que eu **procurei as profissionais assistentes sociais** para me encaminhar para algum lugar para ficar.*

Na sequência a resposta de um senhor de 46 anos, que não declarou quanto tempo viveu na rua, porém seu relato é bastante relevante, conforme as palavras em destaque a seguir:

Entrevistado G: *Já morei na rua, porque ficava desorientado, sempre tive casa para morar, mas eu ficava nervoso e optava por ocupar um espaço na rua, a rua era como um refúgio para mim, mais a vida na rua não é nada boa, encontra todo o tipo de gente, gente para atrapalhar, gente para ajudar, mas é **destas pessoas que querem ajudar que a gente foge com medo de uma responsabilidade maior.***

O **entrevistado E**, tem 45 anos e esteve menos de dois meses na rua, o **entrevistado F**, tem 22 anos e informou quatro meses de permanência na rua, o **entrevistado H**, tem 19 anos e viveu três anos e seis meses na rua e o **entrevistado I**, tem 40 anos e não declarou período exato de permanência na rua, somente algum tempo. Na sequência os sujeitos da pesquisa informam o motivo que os fez morar na rua.

A dependência química, principalmente do álcool ficou evidente na maioria das respostas. Sendo que, nas citações de cinco entrevistados foi declarada a vinculação da dependência com perdas nos relacionamentos familiares, conforme destaques nos relatos a seguir:

Entrevistado A: *É já faz tempo que eu tava meio desanimado... Entrei no álcool [...], final dos anos 70, acho que foi isso. Bastante tempo, o álcool faz o cara desanimar mais ainda, acho que foi isso. Então, ninguém [...] tinha mais confiança em mim, não tinha mais crédito. Eu acho que foi por isso, não achava oportunidade mais, não tinha mais vontade, foi isso.*

Entrevistado C: *Fiquei desempregado, divorciado, fiquei muito só, encontrando muitas dificuldades pelos caminhos. Problema com bebida, longe da família, ta bom chega.*

Nesta resposta destaca-se a dificuldade do entrevistado em falar das perdas que teve com o abuso do álcool, pedindo para parar, parece ter chegado ao seu limite.

Entrevistado D: *Morei porque sou um alcoólatra de nascença. E meus familiares não consideram que é uma doença. Mas eu também pensava que não era alcoólatra, por isso acabei perdendo tudo e até meus familiares, e indo parar na rua.*

O destaque a esta resposta esta relacionado ao entendimento do entrevistado sobre sua condição de ser um alcoólatra. Entende-se, conforme estudado em Edwards (2005) que o conceito de alcoolismo como uma doença é útil para a recuperação, quando os pacientes compreendem sua condição, acabam organizando um programa pessoal de recuperação. E esse é o conceito utilizado na filosofia dos grupos de auto - ajuda, como por exemplo, os Alcoólicos Anônimos – AA.

Entrevistado H: *Porque tinha brigado com meu pai e por que não me acostumei com minha verdadeira família e por estar usando droga.*

Entrevistado I: *Perdi meu casamento e outros problemas de família.*

Destaca-se sobre os conflitos familiares expressos nas respostas dos **entrevistados H e I**, as quais se relacionam com as respostas do **entrevistado A**, quando diz que as pessoas não tinham mais confiança nele, não tinha mais crédito, não achava mais oportunidades e também com o que diz o **entrevistado C**, quando declara, ter ficado desempregado e divorciado.

De acordo com estudos de Taveira e Almeida (2002, p.27), entende-se que “[...] após o desligamento do sistema produtivo [...], outros se seguem, atingindo o relacionamento familiar e social, o que pode estar implícito na situação dos que afirmam estar na rua em função de desentendimento familiar”.

O desentendimento familiar ocorre muitas vezes por causa do abuso do álcool ou de outras drogas. Conforme afirma Mattos (2004), quando este abuso ocorre antes da situação de rua, a ida às ruas se torna uma conseqüência e um agravamento da dependência.

Nas informações do **entrevistado F**, foram apresentadas dificuldades no relacionamento com a família, relacionadas ao abandono ainda na infância.

Entrevistado F: *Depois que o pai faleceu e eu comecei a ter convulsão, saí da minha casa com 7 anos e fiquei na rua, em Paissandú. O Conselho Tutelar de lá me encaminhou, 4 meses depois fiquei em uma Casa de Recuperação[...].*

Neste caso, verifica-se a institucionalização quase que permanente na vida do indivíduo desde os sete anos de idade e apesar dele não mencionar o consumo de álcool ou outras drogas, ele informa no decorrer de seu relato (que está resumido para maior compreensão), várias casas de recuperação que passou, nas cidades de Curitiba, Maringá, Cascavel e Jandaia, todas no Paraná. Ele não soube dizer o nome das instituições, nem os lugares, pois foram muitos, e de acordo com o que descreveu, algumas têm caráter de abrigo, principalmente as quais permaneceu na infância, provavelmente comunidades terapêuticas para tratamento do uso abusivo de álcool e outras drogas na adolescência, enquanto foi acompanhado pelo Conselho Tutelar. E com aproximadamente 18 anos foi para o IMARES, local que permaneceu durante quatro anos.

A associação da dependência química, principalmente do álcool com a situação de rua é um fator importante, pois ou a dependência leva a pessoa a viver na rua ou nesta realidade pode começar a utilizar o álcool constantemente tornando-se um dependente, e também pode ocorrer o consumo de outras drogas. Conforme descrito e comparado com as informações do **entrevistado F** e da referência a seguir:

[...] ao deparar-se com a situação de rua, a pessoa impressiona-se ao constatar o quanto à bebida constitui um elemento importante neste contexto. [...] no início da situação de rua, os primeiros sentimentos do indivíduo estão sempre relacionados à solidão, à incerteza quanto ao que fazer nesse momento, o medo e insegurança frente aos outros realizados. Em suma, o ambiente da rua surge como algo aterrorizador. (MATTOS, 2004, p. 104)

Em relação aos sentimentos da pessoa em situação de rua, destaca-se a resposta do **entrevistado E**, que sugere ter sido separado

da família na infância não ficando claro o motivo específico.

Entrevistado E: *Porque fiz algo de errado contra minha família, principalmente quando eu era criança, de menor. Senti o sabor amargo e doído de uma solidão profunda e grande desolação.*

Percebe-se também que existe um sentimento de culpa, o informante não detalhou o fato, mas de acordo com Mattos (2004), existe uma representação da pessoa de rua atrelada a um conteúdo ideológico de “culpabilização”, sendo que reduz exclusivamente ao indivíduo a situação de rua, sem perceber o contexto sócio-histórico existente em todo o processo. Assim, as próprias pessoas que viveram na rua acabam se culpando pela condição vivida sem entender os processos sociais com os quais se relacionaram para a formação da própria identidade.

Confirma-se ainda que: “[...] tanto a sociedade excludente quanto os próprios excluídos podem possuir essa visão naturalizada de uma situação que é fruto de um processo, dinâmico, social, histórico, político, em que o papel do Estado, [...] é significativo.” (ARAÚJO, 2004, p.105 e 106)

A resposta do **entrevistado G**, informa a sua situação de dependente químico, relacionado à situação de rua, mas não menciona a categoria família, neste contexto.

Entrevistado G: *Porque eu me alcoolizava e tinha a rua como refúgio, a procura de alguma coisa que satisfizesse cabeça vazia pensamento nas nuvens esquecendo de tudo, para mim tudo era normal e buscava o refúgio na bebida, mas me decepcionava cada vez mais, não tinha fome, a minha vontade era de ir para bem longe a procura de nada para fazer, ou sumir para nunca mais aparecer.*

Com este depoimento visualiza-se o consumo abusivo do álcool da maneira descrita por Mattos (2004), como uma fuga da realidade, tanto do presente quanto do passado e também a falta de perspectiva em relação a planos e realizações futuras.

Conhecendo um pouco da história de vida dos sujeitos desta pesquisa, mais precisamente o que os levou a viver algum tempo na rua, entende-se que os mesmos vivem um constante processo de exclusão/inclusão, e o entendimento deles do que é inclusão é bastante interessante.

Entrevistado A.: *É eu acho que é um modo de voltar de novo. [...] Uma Chance de novo pra voltar ocupar um lugar na sociedade. É que agora eu to vendo, mais ou menos que tenho condições de*

voltar pra sociedade. É agora, [...] eu consigo ver isso. Antes eu não lembrava disso, acho que nem podia.

Entrevistado B: É colocação, **voltar de novo** a ter uma vida digna.

Nas respostas, repetem-se o termo “voltar de novo”, o que nos leva a entender que inclusão está relacionada com estar excluído, as respostas por si só já nos revelam muito: a vontade de ter um lugar ocupado na sociedade, à colocação, apresentam a necessidade de reconhecimento e a inserção no mercado de trabalho como vias de acesso para inclusão. A relação de inclusão/exclusão é apresentada por vários estudiosos e entende-se que esta é uma dialética que,

[...] gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência”. (SAWAIA, 2001, p. 9)

Houve respostas, em que os entrevistados relacionaram inclusão com a situação atual que estão vivendo, enquanto participantes de um projeto social. As respostas a seguir são destacadas pela importância que eles dão ao Projeto que estão inseridos e a manifestação da maioria para que haja ampliação e assim, outras pessoas sejam incluídas.

Entrevistado C.: *Inclusão é quando moradores de rua são incluídos no Projeto Portal da Inclusão ou incluídos em outro Projeto Social.*

Entrevistado D: *No meu pensar inclusão é um projeto especial que tem a exclusividade de dar uma oportunidade para essas pessoas que não têm uma moradia. Até que eles possam se manter por conta própria.*

Entrevistado E: *Eu acho que é uma das poucas oportunidades a mim oferecidas. Também é eu ter tudo aquilo que um filho, tendo sua família por completa, pode ter. Uma porta aberta por mãos humanas.*

Entrevistado H: *É para mim, estar incluído num Projeto que tenta colocar pessoas que estão totalmente fora da sociedade.*

Entrevistado G: *Inclusão é incluir aquelas pessoas que estão afastadas da sociedade, Portal da Inclusão Social. A pessoa que se afastou da família, geralmente é uma das primeiras perdas em consequência vem o efeito da minha perda do emprego, perda de crédito, perda de moral, perda da saúde, perda da memória, a*

pessoa para de sonhar desiste de tudo, não vê mais o futuro não tem mais ambição, desiste das responsabilidades com frequência se sente incapacitado.

Analisando o entendimento dos sujeitos da pesquisa sobre inclusão, conforme o destaque dado nas palavras pode-se comparar a resposta do **entrevistado G**, quando cita as perdas da pessoa que não está incluída, com a referência a seguir.

Uma parcela, [...] cada dia mais significativa não é mais absorvida pelo sistema, apresentando a forma mais grave de exclusão, aquela que envolve mais do que a perda do emprego, mas a perda do teto, a perda de tudo: esta é a realidade do morador de rua, [...] que aprende a conviver com a insegurança que perde todos os pudores, que se expõe de todas as formas, após uma sessão de perdas que envolvem também sucessivas lutas, permeadas por frustrações, desespero e, [...] finalmente, a resignação. (TAVEIRA e ALMEIDA, 2002, p. 26 e 27).

Tratando-se do que é inclusão se faz necessário buscar o que é não estar incluído, ou seja, estar excluído socialmente. Muitos autores discutem a questão social da exclusão, e se faz necessário uma reflexão com alguns deles para definir esta condição.

Existem informações relacionadas à produção que gera capital, conforme Oliveira (1997) e Gonçalves (2005), os quais afirmam que na sociedade capitalista os excluídos são aqueles que não produzem, ou seja, não se pode extrair nenhum centavo de mais - valia. Desta maneira, conforme descrito por Sawaia (2001) a sociedade capitalista tem excluídos na sua origem, pois, seu objetivo é contribuir com o mercado, tornando as pessoas desenraizadas e brutalizadas, essa é a regra para manter sua estrutura, sendo que assim pode incluir de acordo com sua própria lógica.

Porém, entende-se que além desta questão que envolve a sociedade capitalista que é desigual em suas relações, o conceito da exclusão social:

[...] pode ser pensado como um elemento de crítica à injustiça social e de denúncia, procurando apontar para a necessidade da igualdade entre os indivíduos, principalmente a igualdade de direitos, para o progresso individual, mas também dos grupos sociais, como dignidade, direito a saúde e a possibilidade de inclusão na sociedade abrangente. Inclusão não apenas no mercado de trabalho, mas nas relações entre os indivíduos como iguais, viventes numa mesma sociedade [...]. (ARAÚJO, 2004, p.103)

Na perspectiva dos sujeitos da pesquisa, destacam-se situações específicas que informam quem não está incluído socialmente, conforme descrito na seqüência.

Entrevistado H: *São todas as pessoas que estão vivendo em prédios abandonados, morando em casas e etc.*

Podem-se comparar esta resposta com o que Snow e Anderson (1998), referenciaram sobre desabrigados por questão residencial, ou seja, são pessoas que dormem em abrigos destinados àqueles que estão em situação de rua, podem ser de caráter público ou privado que são diferentes de moradias, somente para passagem. Completa-se a informação do desabrigado residencial com a citação do sujeito da pesquisa que informa sobre as pessoas que estão vivendo em construções abandonadas.

Entrevistado A: *Quem não tá incluído, [...] eu vi um cara deitado agora na rua lá em baixo, tinha uma garrafa do lado dele. Assim eu passei muitas vezes e tive muitas vezes assim. E isso quer dizer quem não tá incluído?*

Nesta resposta a identificação com o sujeito que não está incluído é bastante relevante, e demonstra o processo exclusão/inclusão vivenciado pelo relator. Neste caso, entende-se que, “[...] estar incluído é estar dentro, no sistema mesmo que desigualmente. Estar fora, ser diferente, não se submeter às normas homogeneizadoras, é estar excluído ou ‘empurrado’ para fora”. (SAWAIA, 2001, p.37)

Da mesma maneira que, nas respostas sobre o que é inclusão houve vinculação ao Projeto Portal, os **entrevistados C, D e F** associaram quem não está incluído, com o fato de não estar inserido no projeto.

Outras duas respostas, **entrevistados B e E**, parecem sugerir o fato de não estar incluído com uma questão particular do indivíduo.

Entrevistado B: *Está Perdido, é aquele que vive à margem da sociedade.*

Entrevistado E: *Acho que todo aquele que não quer mudar de vida, que não quer para se ter um futuro melhor, preferindo se afundar cada vez mais nas drogas, etc. Fechando sua própria porta rumo ao futuro.*

Conforme as palavras em destaque nas respostas percebem-se de acordo com o que descreve Sawaia (2001) que as pessoas são excluídas por causa de valores e representações existentes na sociedade. Desta maneira, a influência ideológica adquirida através dos veículos de

comunicação, até mesmo das autoridades políticas, jurídicas e religiosas demonstram que estar excluído, ou viver a margem da sociedade é exclusivamente uma vontade individual.

Quando questionados sobre o fato de se sentirem incluídos socialmente, a maioria dos entrevistados respondeu que sim, e informaram a participação no Projeto. Apenas um respondeu que não se sente incluído, afirmando que precisa de mais apoio e respeito por parte dos outros participantes do Projeto. Houve uma única resposta diferenciada, que se destaca a seguir:

Entrevistado I: *Eu só sei que até esse presente momento que eu saiba não tiveram uma reclamação sobre a minha pessoa.*

Nota-se que o entrevistado se sente incluído à medida que é aceito sem reclamações por parte dos responsáveis pelo Abrigo Municipal. E desta maneira, entende-se que “[...] a atribuição da identidade é, pois, um processo constante e permanente de localização interpessoal e social do indivíduo, e de aplicação de determinadas características e injunções”. (STOFFELS, 1977, p. 96)

A aceitação do indivíduo por outras pessoas é uma das características para ele se sentir incluído e, além disso, entende-se que “[...] a situação de bem estar, à cidadania, à utilização dos serviços públicos e, no sentido literal, ao pertencimento a um determinado grupo” (ARAÚJO, 2004, p. 104) demonstram o quanto é contraditório incluir pessoas que vivenciam um contexto de exclusão/ inclusão, no sistema atual.

Entende-se que para a inclusão conforme descrito por Araújo (2004), seria necessário garantir os direitos sociais de maneira igualitária para todas as pessoas, mas a sociedade capitalista procura naturalizar a desigualdade colocando como fatalidade do sistema, contribuindo para um Estado mínimo, que tem serviços e inclusão mínimos.

A participação dos entrevistados em outras instituições antes de fazer parte do Projeto Portal da Inclusão, demonstra a institucionalização quase que permanente, de três deles, os demais entrevistados foram para Comunidades Terapêuticas na fase adulta por causa do uso abusivo do álcool ou outras drogas. Na seqüência são apresentadas as falas mais significativas.

Entrevistado E: *Sim, participei: Educandário Munhoz da Rocha, em Curitiba, no período de 1970 a 1975, 5 anos. Patronato Santo Antônio, também em Curitiba, no período de 1975 a 1984, 9 anos. Em Maringá, no ano de 2001, estive na Casa de Recuperação*

A.B.F., do Pastor Vicente, onde permaneci por 6 meses. Em 2002 aproximadamente, fui para o MAREV, onde estive por uma semana e em 2006, fui para o Projeto Vida e permaneci por 6 meses, etc.

*Por um lado foi bom, aproveitável no momento, mas devido eu não ter um suporte humano, alguém para me ouvir, me dar atenção, rir ou chorar comigo, eu sempre caía. Sempre voltava ao **espoladouro de lama**.⁷*

Acho que aqui tenho mais liberdade, posso também comparar como uma casa modelo, não faltando nada em termos materiais. Porém acho que tanto aqui como nas outras, me falta calor humano. Alguém para dividir comigo, alegria, dor, tristeza, enfim, momentos difíceis.

O Educandário é destinado à medida privativa de liberdade para adolescentes em conflito com a lei, a partir de 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, esta medida passa a ser de no máximo três anos. No ano que o **entrevistado E**, esteve internado, a legislação em vigor era o Código de Menores e estes Educandários eram as FEBEM's.

Considerando que este entrevistado tem 45 anos de idade, verifica-se que ele esteve institucionalizado 14 anos de sua infância e adolescência, como nesta fase de sua vida foram instituições que se propunham a reformar quem nelas permaneciam sem propor a reintegração familiar, ir para rua ao completar 18 anos foi uma das conseqüências.

Nota-se também que o entrevistado citou cinco instituições que participou, sendo três destas comunidades terapêuticas que participou quando adulto e permaneceu o tempo mínimo somente em duas.

Entrevistado F: [...] Casa de Recuperação do Padre Antônio Maria, durante 6 meses, lá eu trabalhava. Depois, fui para Curitiba em outra casa de recuperação, onde fiquei mais 6 meses, pois tinha um tempo de ficar. [...] fui levado para Cascavel por uma mulher de Paissandu, em outra casa de recuperação. [...] fiquei 2 anos e meio [...] e aí eu não me lembro do lugar, nem do nome, pois passei por muitos lugares. [...] com 16 anos fui para cidade de Jandaia – PR, para outra Casa de Recuperação, pois havia solicitado ajuda ao Conselho Tutelar. [...] procurei ajuda do Delegado que me encaminhou para o Albergue, e daí de lá fui para o IMARES, [...] fiquei 4 anos lá, acabei brigando com outro abrigado e fiquei aproximadamente 70 dias no Albergue e retornei para o IMARES, onde fiquei mais 6 meses e daí fui inserido no Portal.

⁷ Espoladouro de lama, de acordo com o **entrevistado E**, é referente ao lamaçal de pecado, descrito na Bíblia, usar e usufruir de coisas mundanas – drogas, vícios.

*Foi bom ter participado de outras Instituições fazia serviços internos e aprendi a se virar. Também morando com meu irmão aprendi a fazer comida. **Todos os lugares que passei foram bons, foi melhor do que estar na rua, pois na rua só se aprende coisa que não presta.** O que eu gosto e preciso é aprender serviço e ter mais paciência.*

São iguais o que melhorou foi o jeito de conversar com as pessoas, quando você fala que precisa conversar com a pessoa e ela te houve com atenção. Tá sendo bom tem responsabilidades, organização, limpeza. Também, o jeito que as pessoas me tratam, pessoas boas.

O **entrevistado F**, foi institucionalizado também na infância aos 7 anos de idade, e considerando sua idade de 22 anos, permaneceu nesta situação por 16 anos, informa que foi para várias casas de recuperação, as quais não soube expressar o nome, e de algumas nem o local direito. Menciona dois parceiros do projeto em sua trajetória, o Albergue e o IMARES.

Entrevistado H: *Foi para um orfanato em Maringá, chamado Iar Betânia, fiquei lá desde 1987 até 1997. E também na Casa de Recuperação do Oleiro para dependente químico, 1 ano e seis meses, em 2005 e 2006.*

A outra foi numa casa de recuperação para menores de 18 anos, eu fiquei 9 meses, em 2002, no Recanto Mundo Jovem.

Para mim foi muito ruim no começo, para mim foi muito difícil conviver com pessoas que nem conhecia. Para meu ponto de vista o Portal é muito melhor por que estou tendo oportunidades que não tive nas outras instituições.

O **entrevistado H**, bem como os **entrevistados E e F**, esteve grande parte de sua vida institucionalizado, neste caso específico desde o nascimento, atualmente ele tem 20 anos de idade, das três instituições que esteve duas foram comunidades terapêuticas.

Percebe-se o quanto é sério o fato de crianças que são institucionalizadas sem um planejamento de convivência familiar e comunitária, apresentou-se aqui partes significativas da história de três pessoas que passaram por esta situação e que atualmente são adultos com dificuldades para alcançar sua autonomia pessoal sem o apoio de Políticas Públicas. O fato da institucionalização continuada leva a considerar que,

As instituições assistenciais [...] não conseguem resolver as contradições advindas da ambigüidade entre o nível do projeto e o da metodologia assistencial. Se, de um lado, são projetadas para a

recuperação do cliente, por outro, mantém e reproduzem a sua situação. A permanência neste nível de análise logicamente levaria à questão da necessidade de dissolução de tais instituições, uma vez que na prática não conseguem operacionalizar objetivos propostos. Perderiam, neste caso, sua função e poderiam ser consideradas desnecessárias. (STOFFELS, 1977, p. 138 e 139).

Desta maneira, conforme a nova estrutura da Política Nacional de Assistência Social deve-se monitorar e avaliar constantemente as práticas das instituições inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, para ser verificado quais ações estão desenvolvendo, se de proteção social básica, se de proteção social especial de média ou alta complexidade, conforme se propõe a atuar. Caso contrário se não existem condições de atenderem conforme estabelecido devem ser extintas para que haja efetivação da política de assistência social.

Em dezembro de 2006, o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, justamente por entender que se faz necessário prevenir para que crianças com os vínculos familiares rompidos não fiquem institucionalizadas até os dezoito anos e como consequência quando atingirem a maior idade não sejam condenados à rua, como único fim.

As comunidades terapêuticas cumprem um importante papel, e de acordo com Edwards; Marshall; Cook (2005) assumem um modelo para a recuperação de pessoas dependentes químicos que se caracteriza como uma reabilitação residencial, ou seja, são locais sem médicos que assume a forma que reflete a filosofia que a organização particularmente propõe. A maioria destas comunidades entende a importância do aconselhamento e da psicoterapia para o processo de reabilitação. Embora não seja regra, em geral a equipe de trabalho é composta por pessoas alcoolistas em recuperação ou ex-dependentes que já completaram o programa que varia de seis a nove meses.

Os doze passos do AA⁸ são trabalhados em algumas comunidades e os objetivos terapêuticos quase sempre são de abstinência total, ou seja, de todas as substâncias geradoras de dependência. Todavia, existem algumas que liberam o uso do tabaco como redução de danos, sendo processual a abstinência total.

⁸ Os doze passos do AA que demonstram a filosofia destes grupos de auto ajuda são extensos, portanto, não serão descritos neste trabalho, para melhor conhecê-los e estudá-los sugere-se a leitura de Edwards; Marshall; Cook, (2005).

Edwards; Marshall; Cook (2005) informam também que nas comunidades terapêuticas é enfatizada a contribuição dos participantes em processo terapêutico na realização de tarefas práticas para o funcionamento da comunidade. E, a maioria prioriza a religiosidade, apesar de que existem comunidades em que a aceitação da fé cristã não é pré-requisito para os residentes.

Atualmente, as comunidades terapêuticas precisam também se adequar às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, e Sistema Único de Saúde – SUS, e se não tiverem em sua estrutura um projeto com famílias não farão mais parte da Política de Assistência Social.

Quando os entrevistados foram questionados sobre a contribuição do Projeto para a sua inclusão e quais as oportunidades oferecidas, a partir da inserção no mesmo, responderam:

Entrevistado A: *Eu acho que tá ajudando bastante, eu vejo uma firmeza, [...]. Uma coisa mais sólida. No curso agora, outra coisa que eu gostei estudar de novo, voltar pra sala de aula. É foi pensar no futuro de novo com outros olhos, que dá pra ver um horizonte melhor na frente. É como eu citei voltar pra sala de aula e os cursos, de aperfeiçoamento. Ah, e **tem um curso que eu quero de Injeção Eletrônica, que eu sou do ramo, conheço, tenho um baita conhecimento de mecânica e isso me faz falta bastante.***

Em relação a oportunidades, o **entrevistado A** mencionou o interesse no curso de injeção eletrônica, o qual ele deu início no SENAI, no final do mês de fevereiro de 2007, período de encerramento da pesquisa.

Entrevistado C: *Ajudou. Porque foi a porta de entrada para oportunidades que no decorrer do período poderão trazer e trarão com certeza muitos benefícios. Fazer cursos, novos conhecimentos, emprego, especialização em algo que já tenho conhecimento, a mudança é constante.*

Oportunidades para iniciar uma nova vida. Participar de cursos. Penso para uma nova vida, fazer o melhor, vai encontrar obstáculos, por exemplo, perguntar, somente quando há necessidade.

Entrevistado D: *Não só ajudou como está ajudando, no Portal eu tive apoio na educação, saúde, e a chance de estar aproximando da sociedade.*

*Eu já tive várias oportunidades, tive curso profissional, escola, casa, saúde, dentista, **biblioteca**, etc. Tudo isso eu agradeço a Deus, o Portal e seus profissionais.*

Destaca-se a resposta do **entrevistado D**, que menciona a biblioteca como oportunidade, tendo em vista que não existe biblioteca disponível no Abrigo, mas os usuários foram orientados a procurar a biblioteca pública para leitura de jornais, revistas e livros, e também para estudo, pois a casa tem pouco espaço para esta atividade.

Entrevistado E: *Claro que sim, embora com um problema particular meu, eu me sinto bem incluído. Como disse aqui eu estou bem amparado, com tudo que eu necessito materialmente, cursos, estudos, exames, etc., isso eu só tenho recebido aqui.*

Lar para morar, estudos, escola, cursos profissionalizantes – SENAI, informática, uma alimentação variada, completa, saudável e muito bem feita, no capricho. Lazer, oportunidades para tirar documentos, um endereço fixo, etc.

Entrevistado F: *Sim, porque tirou eu de ir pra rua, melhorou, [...]. Voltar pra escola, fazer curso de informática, documentos, saúde.*

Entrevistado G: *O Portal me ajudou em todas as hipóteses me preparou psicologicamente, me capacitou profissionalmente com vários cursos e capacitação para a mão de obra no mercado de emprego, à volta aos estudos e o Projeto Portal da Inclusão reintegrando pessoas a sociedade, capacitando, treinando para uma oportunidade no mercado de emprego, pessoas sendo treinadas, capacitadas e devolvidas à sociedade.*

As oportunidades foram muitas, foram tantas que eu não mais as oportunidades em que eu pude abraçar, eu estou desenvolvendo com toda a garra e cautela [...], quero participar da maioria, pois são tantas que é oferecida o Projeto Portal da Inclusão foi uma porta aberta para mim e aqueles que vêm com bons olhos uma porta aberta para o futuro para aqueles que achava que a vida não mais razão muito menos o futuro para mim o Portal foi uma porta aberta para o Progresso.

Entrevistado I: *Porque hoje eu penso sobre o futuro não só meu mais também falo sempre para meus colegas para que nos possamos sentir melhor. Para mim são os cursos que surgiram para nos fazer.*

Todos os participantes responderam que se sentem incluídos, alguns mencionaram atividades sociais que estão participando, como cursos e escola conforme suas prioridades e os **entrevistados B e H** citaram o termo cidadão, de acordo com o descrito a seguir.

Entrevistado B: *Voltei a ser um cidadão de respeito, agora to fazendo tratamento, escola, cursos e voltei à convivência social. Curso de Informática, estudo no Ceebeja, tratamento no CAPS' ad,*

curso profissionalizante no SENAI.

Entrevistado H: *Sim, porque estou fazendo tudo que uma pessoa pode fazer para estar na sociedade e **ter chance de ter um emprego como qualquer cidadão.***

As oportunidades foram: estar estudando, tirar meus documentos pessoais, fazer cursos: soldador, Informática e gráfica.

Na ocasião o entrevistado mencionou verbalmente também moradia, alimentação, mas não incluiu na resposta escrita.

A partir dos estudos de Taveira e Almeida (2002), pode-se dizer que em nossa história construímos o ser cidadão, não nascemos prontos. À medida que adquirimos conhecimentos de quem somos, quem queremos ser e sobre o mundo que vivemos, conforme vamos conquistando independência financeira, temos a possibilidade de alcançar autonomia para decidir sobre nossa vida, direcionando ações emancipatórias para atingir objetivos definidos sem a determinação de outrem.

As oportunidades oferecidas no projeto são de encaminhamento para realizar os documentos pessoais, atendimento nas Unidades Básicas de Saúde, Matrícula Escolar, Cursos Profissionalizantes conforme o interesse dos participantes do projeto, disponibilizados pelo SENAI e também pela Escola Profissionalizante Laura Rebouças. Moradia e alimentação no Abrigo Municipal e já foi disponibilizado entrevista para emprego na Cocamar. Com a contribuição significativa dos participantes do projeto no Abrigo Municipal, solicitou-se também que apontassem as dificuldades e problemas existem e se eles tinham sugestões para melhoria do Projeto. E as respostas estão na seqüência.

Entrevistado A: *Como assim, aqui dentro, da casa ou no...? Bom, eu acho que **a casa é pequena, a casa é muito pequena** e no resto, eu acho que ta bom, ela fica no Centro. Dá pra estudar, da pra ir ao Curso. Às vezes o som ta um pouquinho alto, dos rádios, melhor mais baixo o volume, **falta uma sala de lazer.** Uma mesinha de sinuca. Isso com o tempo vão ser feito, eu espero. No mais assim, só isso.*

Ainda é cedo pra dizer isso. *Ainda é cedo, tem que dar um tempo, pra pensar isso. As sugestões feitas são de lazer, no mais não tenho idéia não.*

Este entrevistado, respondeu o questionário em dezembro de 2006, na ocasião fazia quatro meses que ele estava participando do projeto e quase dois meses que havia sido transferido da instituição IMARES para o Abrigo Municipal.

Entrevistado C: *Dificuldades: Aquisição de materiais e utensílios em geral, às vezes faltou sabonete, papel higiênico, contato com os Educadores. Problemas: No relacionamento com os moradores.*

Maior agilidade no atendimento, mas acho que é porque está no começo, depende de outros órgãos e entidades para que haja agilidade.

O **entrevistado C**, parece apresentar um entendimento da burocratização dos órgãos públicos e a hierarquia existente no contexto político, conforme descrito em sua última frase, talvez seja porque tem o ensino médio completo e chegou a prestar vestibular para Agronomia quando mais jovem. Porém, percebe-se que os demais entrevistados, também apresentam entendimento dos problemas organizacionais e hierárquicos, fato que pode ter sido percebido no decorrer do processo de institucionalização.

Quando menciona a dificuldade no contato com os educadores, percebe-se que este é um dado relevante, sendo que a proposta é dar voz aos participantes do Projeto. Desta maneira, entende-se que uma coordenação específica para o Abrigo Municipal é necessária, pois, atualmente está subordinado à mesma do Serviço de Atendimento a População de Rua – SAPR e também é importante capacitar estes educadores continuamente, através de palestras, reuniões e estudos.

Entrevistado H: *Estar morando com uma pessoa ou várias pessoas que você não conhece é um problema, por muitas vezes você tem que acabar suportando atitudes de outras pessoas para poder viver sem intrigas e etc.*

Eu acho que para mim está quase tudo bom, eu acho que falta o meio de transporte para nos levarmos em lugares que são importantes como cursos, às vezes levar num lugar muito longe e isso mesmo para mim o que tem que fazer para estar totalmente bom.

Da mesma maneira que os **entrevistados A e C** indicam dificuldades e problemas de ordem estrutural, relacionados ao tamanho da casa, local apropriado para lazer, falta de materiais para a higiene pessoal. O **entrevistado H** apresentou a falta de meio de transporte.

O vale transporte é realmente limitado, os participantes do Projeto o recebem somente para participarem dos cursos profissionalizantes ou em casos de tratamento médico e/ou odontológico. Contudo, verificou-se que muitas vezes os próprios usuários deixam de usar o meio de transporte, indo a pé para trocá-lo por dinheiro. Então, é ensinado sobre

a priorização do uso do recurso, demonstrando que ele é restrito, assim é feita uma reflexão sobre qual o destino dado aquele vale transporte que não foi utilizado para o fim proposto, buscando trabalhar a prevenção de recaída.

Entrevistado B.: Nenhum Problema. *Coisas mínimas estou assistindo TV, saio, mudam o canal, tomam o meu lugar. Convivência, costumes.*

Abrir frente de trabalho, exemplo: Varrer ruas, cortar grama nas praças e capinar. Pintar meio fio, nos órgãos públicos, com remuneração para guardar o dinheiro, controlar e planejar para quando sair do projeto. Para poder voltar ao convívio e voltar ao mercado de trabalho, um estágio. Até meio salário mínimo para auxiliar, uma ajuda de custo, um Programa.

Este entrevistado faz importante sugestão de Programa de Renda Mínima, para que os participantes recebam uma remuneração e possam depositar em poupança para organizar, apreender a controlar e planejar gastos para quando saírem do projeto. Para poder voltar ao convívio social e também ao mercado de trabalho, ele sugere ainda que tenham estágios profissionalizantes.

Percebe-se que o entrevistado faz uma proposta de inclusão social e entende-se que para que se concretize o viver em sociedade, ou seja, para não estar mais a margem é preciso se sentir útil, se relacionar com a comunidade, participar dos órgãos públicos, ser remunerado e ser cidadão.

Entrevistado D: *O Projeto Portal não tem problemas e nem dificuldades, a gente é que tem problemas e dificuldades. Mas se a gente em obediência e respeitando o direito de cada um, as coisas melhoram e acabam os problemas, porque o Portal só quer o bem para todos nós.*

O Portal já é um ótimo Projeto, para melhorar, mais do que está depende de cada um que faz parte dele, principalmente dos profissionais porque deles que vem os planos, as regras e ordens etc. O que nos basta é obedecer.

Entrevistado F: *Confusão com os outros abrigados, brigas e desentendimentos, mas já está mais diferente. Penso que cada participante deve seguir as normas certas.*

Com estas informações, dos **entrevistados D e F**, entende-se que os sujeitos da pesquisa acreditam em uma imposição de planos, regras, normas e ordens por parte dos profissionais que atuam junto ao Abrigo, sejam eles, Educadores, Agentes Sociais, Psicóloga, Assisten-

te Social e Coordenação Geral do Projeto.

Entrevistado E: *Sinceramente não vejo nenhum problema ou dificuldades neste exemplar Programa. Acho que o problema está comigo, em mim. Como outrora eu disse para vocês, por mais que eu queira, ou tente, não consigo conviver com outras pessoas do mesmo sexo, isto é quase impossível para mim. Mas sei que cada um é cada um.*
Não tenho, pois não gosto de opinar ou dar sugestões. Pois, aceitei e aceito como está, para mim está tudo ótimo, excelente, melhor estraga.

Os **entrevistados B, D, E e F**, não visualizam problemas na estrutura do projeto, mas identificam dificuldades relacionadas à convivência coletiva, entre pessoas desconhecidas, com diferenças intelectuais, culturais e de tolerância. Desta forma, a resposta a seguir, também apresenta as dificuldades nas relações entre os moradores do Abrigo Municipal e a imposição de regras, porém chama a atenção no que se refere às sugestões de punições.

Entrevistado G: *Para mim que estou acostumado com a vivência em casa de apoio, a convivência se torna mais fácil. Eu, por exemplo, fiz curso de relações públicas, relações humanas para monitorar casa de recuperação, com todo esse preparo, **os problemas ainda me atingem.** Voltando ao assunto, se tratando de problemas **as disciplinas deveriam ser mais severas, os agentes sociais ter mais autoridade para aplicar as punições e disciplinas para melhor aproveitamento.***

*Sim tenho, sugestão **problema de disciplina poderia aplicar a pena de 30 dias ou mais para voltar nas casas de recuperação, o Plantando Vidas ou o Abrigo IMARES, uma forma de punir o indisciplinado e dar lugar aqueles que estão precisando de uma oportunidade rica como essa.** E a própria diretoria ver com bons olhos para os abrigados que não estão, si enquadrando nos regulamentos da casa, desconhecendo os regulamentos e regimentos da casa e comunidade.*

Na resposta do **entrevistado G**, pode-se identificar por meio das palavras que estão destacadas que o sujeito informa duas das instituições parceiras do Projeto, as quais para ele seriam lugares que se caracterizam como castigo, seria uma punição ter que voltar para qualquer uma delas e sugere que os indisciplinados sejam retirados do convívio e retornem a condição inicial.

Outro destaque feito é para a resposta do **entrevistado I**, que também não informa problemas e/ou dificuldades na estrutura do proje-

to, nem na relação com os demais participantes ou profissionais.

Entrevistado I: *Eu para mim não tenho problema algum, porque eu faço a minha oração pra Deus todos os dias, isso esteja onde eu estiver.*

Eu na minha idéia pra melhorar o projeto é pedir muito para Deus ajudar para que esse Projeto vá para frente e ter muita educação sobre todos nós, mesmo essa é a minha idéia certa ou não eu penso assim, só Deus pode mudar sobre nossas vidas.

Nesta resposta, fica nítida a influência religiosa do entrevistado que declara se sentir bem através do seu relacionamento pessoal com Deus. Estas características são fortemente identificadas por influência de comunidades terapêuticas, e neste caso específico, o sujeito da pesquisa continuou participando de reuniões na comunidade mesmo depois de ser inserido no projeto. Alguns dias depois desta entrevista desistiu do emprego que tinha conseguido, de separador de materiais reciclados e retornou para a comunidade terapêutica, a fim de seguir sua vida, voluntariamente entrou na instituição como obreiro. Este entrevistado participou do projeto durante sete meses.

Através das informações apresentadas com as respostas dos entrevistados, percebe-se que apresentam forte influência de suas famílias, principalmente aqueles que foram institucionalizados quando na fase adulta e os que foram na infância apresentam além do sentimento de rejeição, a dificuldade de atingir autonomia por causa da condição de dependência imposta através do modelo caritativo e de apadrinhamento das instituições de abrigo, antigos orfanatos e reformatórios. Apresentam também influência do viver na rua, com a luta diária pela sobrevivência, com as perdas, com os conflitos, com o desrespeito, com o recurso financeiro barganhado através da esmola, com o não ter limites, nem regras e com o não pertencer.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pretensão de avaliar o processo de exclusão/inclusão dos participantes do Projeto Portal da Inclusão da Secretária de Assistência Social e Cidadania de Maringá, pode-se dizer, a partir do material aqui apresentado e da convivência como Assistente Social do projeto, que os trabalhos desenvolvidos junto à equipe técnica são bastante relevantes para as pessoas que estiveram e ainda estão em situação de rua em Maringá.

Contudo, verifica-se que somente à vontade e os interesses de mudança de projeto de vida dos participantes do projeto não modificam a situação de exclusão/ inclusão dos mesmos, é necessário reavaliar as parcerias do governo municipal com as instituições não governamentais, pois, de acordo com as respostas dos sujeitos da pesquisa, entende-se que é preciso estar inserido na rede de políticas públicas para se sentir incluído, é também necessário ter acesso a esta rede e ter um suporte técnico para se alcançar autonomia pessoal e social. O suporte familiar precisa ser resgatado também com o apoio de profissionais, quando possível.

É preocupante a falta de recursos destinados a esta população, o Projeto Portal da Inclusão é de relevância pública, é pioneiro no Estado do Paraná, portanto não tem referências, os técnicos para fazer efetivar a atuação profissional seguem a normativa da Política de Assistência Social, realizando semanalmente reuniões para monitoramento e avaliação das ações, que são voltadas para os participantes do projeto refletirem e se perceberem como cidadãos.

Apresentou-se neste artigo a realidade vivenciada por nove ex-moradores de rua, dependentes de álcool e/ou outras drogas, participantes do Projeto Portal da Inclusão, pessoas com sonhos, objetivos que foram resgatados através de um novo projeto de vida que deu início nestes primeiros seis meses de Projeto, através do intenso trabalho da equipe técnica e principalmente do esforço pessoal de cada um dos participantes.

Desta maneira, devem-se realizar mais estudos sobre este tema, para serem repensadas as ações junto às pessoas em situação de rua, que na sua maioria são dependentes químicos ou neste contexto tornam-se dependentes.

As ações desenvolvidas buscando a inclusão familiar e comunitária são preventivas e devem ser estudadas para aprimorar este conhecimento e serem cada vez mais efetivas, desta forma fazendo-se conhecida a urgência e relevância de investimentos públicos para prevenção do uso abusivo de drogas desde o período da infância, principalmente na contribuição para a não institucionalização permanente.

Referências

- ARAÚJO, M. C. de. **O Bairro Santa Felicidade Por Ele Mesmo**. Espaço Urbano e formas de representações sociais em Maringá, Paraná. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, Araraquara, 2004. (p. 102-109)
- BRASÍLIA, Senado Federal. **Política Nacional de Assistência Social – SUAS**. Brasília: MDS/SNAS, 2005.
- EDWARDS, G.; MARSHALL, E. J. e COOK, C. C. H. **O Tratamento do Alcoolismo**: um guia para profissionais da saúde. Tradução Amarílis Eugênia Fernandez Miazzi; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Ronaldo Laranjeira e Marcelo Ribeiro. - 4. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GONÇALVES, R. de S. Catadores de Materiais Recicláveis: trabalhadores fundamentais na cadeia de reciclagem do país. In: **Serviço Social & Sociedade Trabalho e Saúde** – n.º 82. São Paulo: Cortez. Ano XXVI, julho de 2005. (p. 86-109)
- MATTOS, R. M. **Situação de Rua e Alcoolismo**: processos que se determinam mutuamente. Artigo em Barbarói, Fascículo n.º21, julho/dezembro de 2004.(p. 93-118).
- OLIVEIRA, L. Os Excluídos 'Existem'? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. In: **Lua Nova**, revista de cultura e política. CEDEC – Centro de Estudos Contemporâneos: São Paulo. RBCS n.º 33, ano 12, fevereiro de 1997. (p. 49-61)
- PARANÁ. IPARDES - Perfil do Município de Maringá. 2007. Disponível em: www.ipardes.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2007.
- SAWAIA, B. (org). **As Artimanhas da Exclusão**: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis: Vozes, 2º ed. 2001.
- SNOW, D. e ANDERSON, L. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Tradução de Sandra Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- STOFFELS, M. G. **Os Mendigos na Cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- TAVEIRA, J. C. e ALMEIDA, R. S. A. de. **O Morador de Rua de Campo Grande**: condições de vida. Campo Grande: UCDB, 2002.
- SANTOS, C. I. C. dos. Elaboração de Trabalhos Técnico - Científicos. **Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Biblioteca da UNISINOS, Setor de Múltiplos e Comut**. São Leopoldo, 2007. Disponível em: http://www.unisinos.br/biblioteca/imagens/stories/downloads/normas_abnt_2007.pdf Acesso em: 08 nov. 2007.

APÊNDICE – Questionário aplicado ao participantes do projeto.

- 1) Você já morou na rua? Quanto tempo?
- 2) Porque morou na rua?
- 3) O que é inclusão?
- 4) Quem não está incluído?
- 5) Você se sente incluído? Por quê?
- 6) Você participou de outros programas ou instituições antes de fazer parte do projeto Portal da Inclusão? Quais? Por quanto tempo?
- 7) Se você participou de outros programas ou instituições, como foi a sua experiência?
- 8) Como você compara o Portal com as outras experiências que você teve? Por quê?
- 9) O Projeto Portal ajudou na sua inclusão? Por quê?
- 10) Quais foram às oportunidades oferecidas a partir da sua participação no Projeto Portal da Inclusão?
- 11) Quais as dificuldades e problemas existentes no projeto Portal da Inclusão?
- 12) Você tem sugestões para melhorar o Projeto Portal da Inclusão? Quais?